



**Diário Notícias**

29-07-2010

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 79040

**Temática:** Justiça

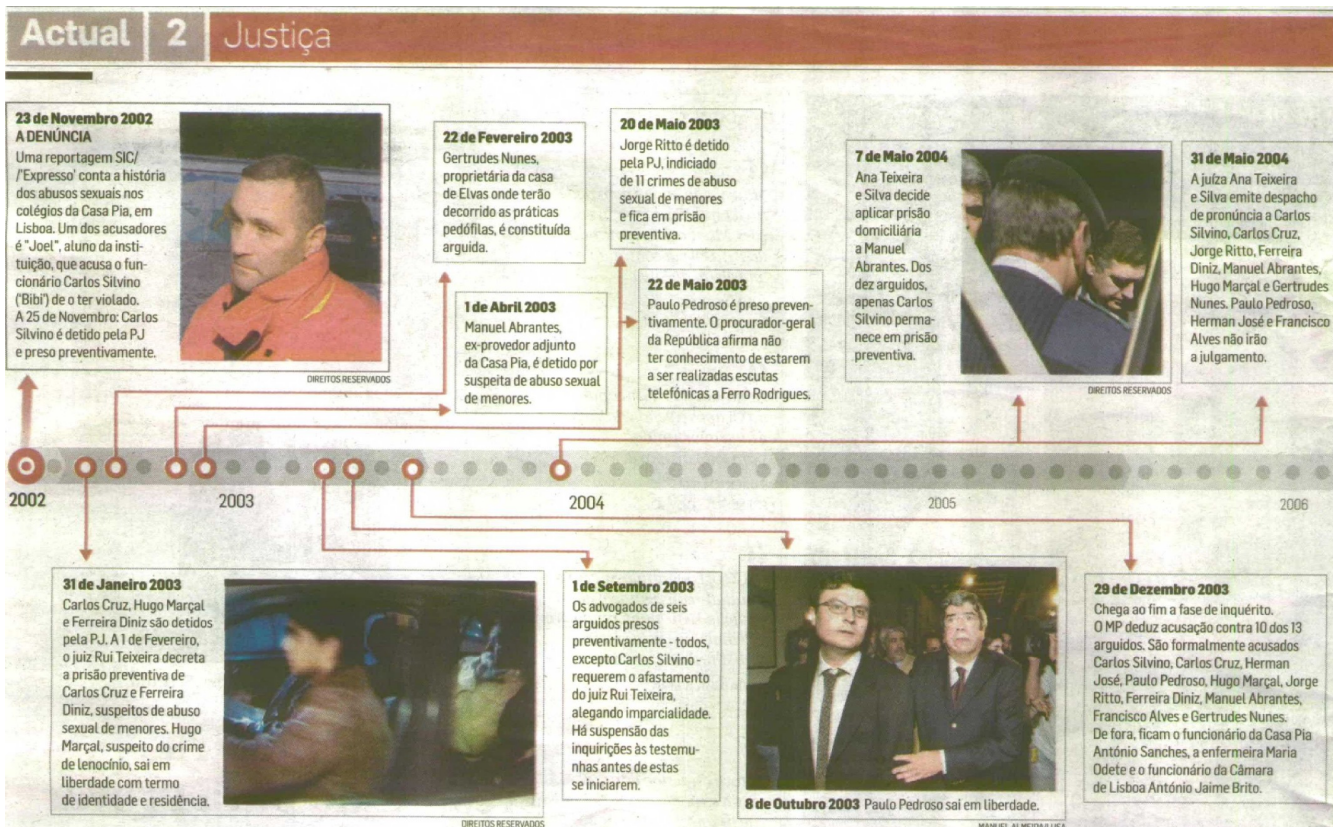
**Dimensão:** 1458

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/4/5

**Casa Pia: críticas de juízes perante novo adiamento**

**SENTENÇA** Decisão foi novamente adiada, agora para 3 de Setembro. Magistrados dizem que justiça sai desprestigiada. **ACTUAL** PÁGS. 4 E 5



# Magistrados criticam novo adiamento da sentença

Processo Casa Pia. Mal-estar entre juízes pode explicar adiamento para 3 de Setembro

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA e LICÍNIO LIMA

A leitura da sentença do processo Casa Pia foi adiada pela segunda vez. A primeira registou-se a 9 de Julho, justificando-se o adiamento para ontem com a obrigatoriedade de se exercer o contraditório sobre o novo relatório social requerido para Carlos Silvino, "Bibi". A desculpa, ontem apresentada para adiar a diligência para 3 de Setembro, é a de que a presidente do colectivo de juízes, Ana Peres, necessita de tempo para redigir o acórdão.

O Conselho Superior da Magistratura (CSM) admite que foi apanhado de surpresa com este segundo adiamento, mas diz que "não há nenhum drama". Porém, os magistrados da Associação Sindical de Juizes Portugueses (ASJP) e da Associação Juizes pela Cidadania (AJC) concordam que se trata de mais um momento desprestigiante para a imagem da justiça portuguesa. Porém, o DN sabe que a maior dificuldade em dar a conhecer a sentença aos sete argui-

dos, há mais de cinco anos em julgamento, prende-se com a falta de entendimento entre os três magistrados do colectivo relativamente à valoração das provas.

Segundo fontes contactadas pelo DN, o mal-estar entre o colectivo é patente há mais de um ano, sobretudo depois das alegações finais iniciadas a 24 de Novembro de 2008 e terminadas em Maio de 2009. O desentendimento tem vindo a ser comentado pelos intervenientes processuais, ao ponto de, a

certa altura, recordam as fontes do DN, o arguido Carlos Cruz ter desabafado: "Um juiz quer condenar-me e outro quer libertar-me." O magistrado mais inclinado para a libertação seria Ana Peres e o mais empenhado na condenação seria Lopes Barata.

Um magistrado judicial ouvido pelo DN garante que a sentença já estaria cá fora há pelo dois anos se tivesse havido um bom entendimento entre o colectivo. "Houve falta de liderança disciplinadora.

Deixaram fazer tudo o que os advogados quiseram para evitar recursos incidentais. Não os evitaram, existem cerca de 300, e entorpeceram o processo", disse. De mais a mais, acrescentou, "com pessoas que estão em exclusivo naquele processo". "Os juízes não fazem mais nenhum processo. Só têm aquele. As sessões deveriam ter sido marcadas com outro ritmo. A justiça teria ficado mais prestigiada se a sentença tivesse sido emitida há dois anos", frisou.

## FISCALIZAÇÃO

### Conselho assume compreensão corporativa

«O Conselho Superior da Magistratura (CSM) criticou, em Julho, o colectivo de juízes, pela demora na leitura da sentença do processo Casa Pia. A observação foi feita no despacho de indeferimento a um requerimento de aceleração processual apresentado pela defesa de Carlos Silvino. Ontem, porém, aquele órgão fiscaliza-

zor dos juízes foi mais branda perante um segundo adiamento. "Tendo em conta o número de crimes acusados - 826 -, as pessoas identificadas como vítimas - 32, que durante o julgamento foram ouvidas cerca de 800 pessoas e o processo conta já com mais de 66 mil páginas e tem cerca de 570 apensos (alguns deles com mais de 10 vo-

lumes), tendo o despacho de pronúncia cerca de 200 páginas e as contestações cerca de 1300 páginas, torna-se necessário mais algum tempo real, para a escrita deste Acórdão", lê-se no comunicado. Em declarações ao DN, o vice-presidente do CSM, Bravo Serra, reconheceu que também esperava conhecer ontem a sentença.

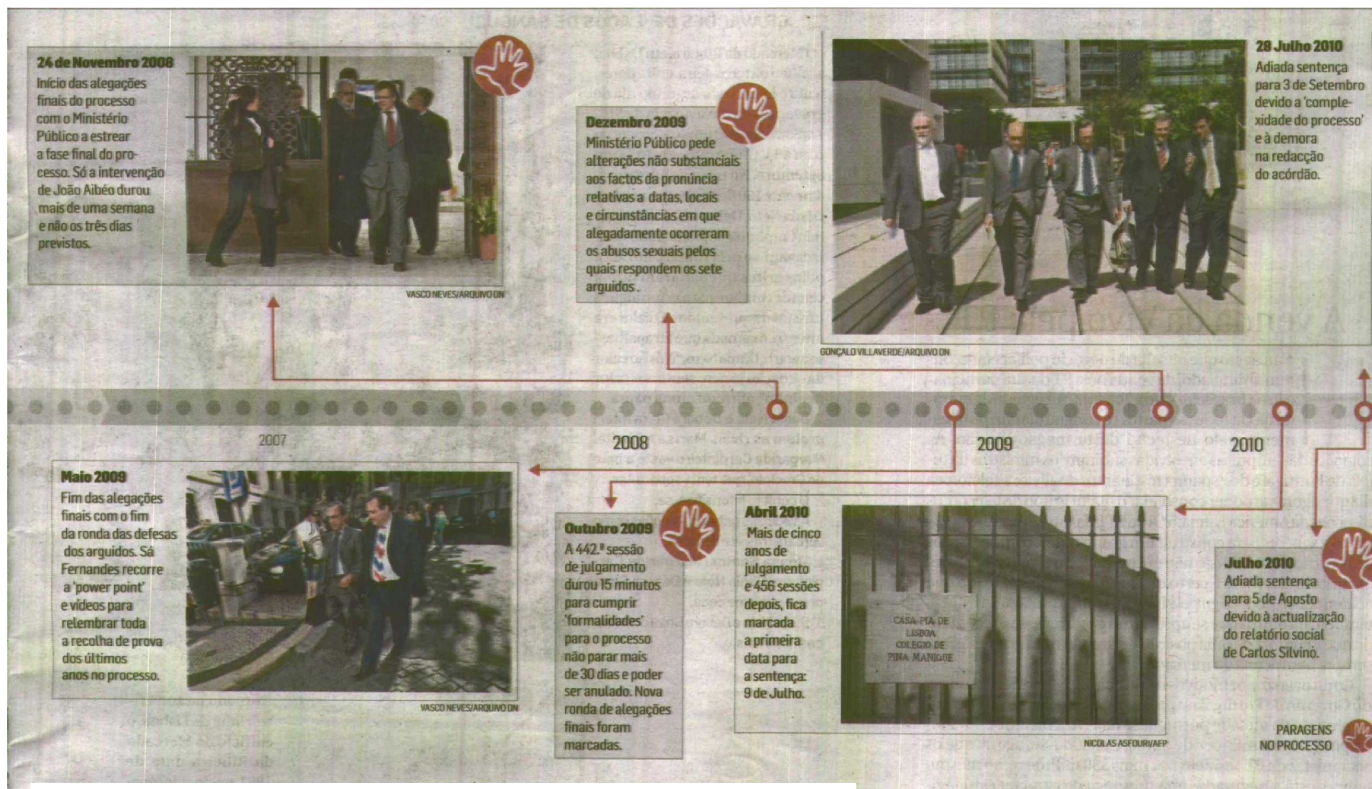
Ricardo Sá Fernandes, advogado de Carlos Cruz, lamentou o adiamento, mas mostrou-se conformado. "Mais vale tarde e bem, do que mais cedo e mal", disse.

O advogado de Carlos Silvino reagiu de modo diferente. José Maria Martins considerou "totalmente incompreensível", e associou o "atraso intolerável de todo o processo" a "pressões do poder político".

Por seu lado, Miguel Matias, advogado das vítimas, considerou que mais este adiamento "prejudica todos os intervenientes do processo que já vai longo".

A defesa de um outro arguido estranhou que o adiamento tenha sido anunciado apenas ontem, ao final da manhã. "As razões invocadas já existem há muito tempo", disse, tendo sublinhado: "E quem marca para 5 de Agosto, em plenas férias, é porque supostamente seria para cumprir. Além de que, achávamos nós, a esta altura já não estaria em causa a redacção do acórdão mas sim a revisão e correcção de algumas coisas." Mais ainda: Depois do comunicado do CSM, "pensávamos que desta é que era!", frisou.

Para António Martins, presidente da ASJP, o adiamento é para lamentar, observando que cabe ao CSM avaliar o desempenho dos juízes e dos tribunais. Para Rui Rangel, da AJC, o tempo de credibilização e de reforço da boa imagem da justiça, e este novo adiamento é mais um contributo para a descredibilização.



REACÇÕES

Pinto Monteiro desacredita processo

» **11 de Novembro de 2008** O PGR e o procurador do processo Casa Pia falavam sobre as alegações finais, marcadas para daí a 15 dias. A resposta sarcástica de Pinto Monteiro, captada pelas câmaras de televisão sem este saber, originou uma resposta de Ana Peres: "Faça sol ou chovam picaretas estas vão mesmo ser no dia 24."



PINTO MONTEIRO  
PGR

"Dia 24 de quê? 2010, 2011? Eu deixei de lhe perguntar porque já nem acredito"



JOÃO AIBÉO  
PROCURADOR DO MP DO CASA PIA

"As alegações finais vão começar em Novembro deste ano (2008). Posso garantir isso"

PERFIS

Magistrados envolvidos no processo

» O magistrado mais mediático deste processo começou por ser o juiz de instrução criminal Rui Teixeira, actualmente colocado no círculo de Torres Vedras, e que ocupou o papel de juiz titular da fase de inquérito. Decretou a prisão preventiva dos arguidos e foi alvo de muitas críticas por parte das defesas dos arguidos na altura

e ainda hoje. Na fase de instrução foi Ana Teixeira da Silva que liderou as hostes. Em Novembro de 2003, a juíza Ana Peres, que estava com o caso Euroárea, como magistrada titular, e os juizes Lopes Barata e Ester Santos foram os escolhidos para estar em exclusividade na decisão do julgamento que já dura há sete anos.

ANA PERES

» Está em exclusividade a trabalhar neste processo desde Novembro de 2004.  
» Em 2006, o julgamento foi suspenso depois de ter sido interposto um requerimento de recusa da juíza pela defesa de Carlos Silvino. José Maria Martins colocou em causa a imparcialidade da juíza.  
» **Integrou o colectivo de João Vale e Azevedo no caso Euroárea e do caso da Lusoponte. Anda sempre acompanhada por um elemento da PSP.**

BARATA LOPES

» José Manuel Barata Lopes ocupou o lugar de Manuela Barracosa, que tinha acabado de ser transferida de vara quatro meses antes do julgamento.  
» Trabalhou três anos com a inspectora da PJ que coordenou a investigação do processo, Rosa Mota, e por isso foi acusado de parcialidade no processo.  
» **Entre 1981 e 1992 desempenhou funções de investigador na PJ e entre 1989 e 1992 trabalhou com Rosa Mota.**

ESTER SANTOS

» Foi a juíza que substituiu o magistrado Paulo Pinto de Albuquerque quando este pediu dispensa no processo.  
» É a juíza mais nova dos três e era juíza auxiliar das varas criminais, no Tribunal da Boa Hora, quando foi chamada a integrar o colectivo.  
» **No início de 2007, devido à sua gravidez, o processo foi interrompido por 30 dias. Ester Santos foi obrigada a levar a bebé em algumas sessões no período de amamentação.**